



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 21**

### **11.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 23 de dezembro de 2019**

Aos vinte e três dias, do mês de dezembro, do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Marco Antunes (em substituição de Fernando António Rebola, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Manuel Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, Anabela Milhinhos (em substituição de João Manuel Ribeiro Realinho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Pedro Ranheta (em substituição de Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Ana Lopes Diogo (em substituição de Júlio Cleto Serra, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Pedro Meira, Manuela Pedroso (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum. -----

#### **Período de intervenção do público:**

Não houve inscritos.-----

#### **Período antes da ordem do dia**

#### **Moção – CDU (Hugo Capote)**

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal subscrevem a seguinte moção que apresentam à Assembleia Municipal de Portalegre, reunida no dia 23 de dezembro de 2019, com o claro objetivo de, no caso de a Assembleia votar favoravelmente esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

moção, a mesma ser enviada à presidente da Câmara Municipal de Portalegre, para os devidos efeitos.

Fomos recentemente confrontados com a notícia de que a gerência da Farmácia Portalegrense pretendia deslocalizar a farmácia da sua atual localização, junto ao bairro Ferreira e Rainho, para as instalações do hipermercado Eleclerc, junto ao bairro dos Assentos.

Devemos lembrar que as farmácias sendo privadas prestam um serviço, clara e notoriamente público, o que explica a obrigatoriedade de se ouvirem as estruturas de gestão autárquica nestas deslocalizações.

A Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Sé e S. Lourenço já manifestou o seu parecer negativo à deslocalização da Farmácia Portalegrense, ao contrário da Câmara Municipal de Portalegre que votou favoravelmente quanto às intenções demonstradas pela gerência, mas a CDU considera que o assunto merece ser discutido e clarificado em sede de Assembleia Municipal, mesmo sabendo que a mesma não seria formalmente necessária.

E consideramos ser necessária esta clarificação porque dela resultará um necessário esclarecimento do papel e função dos gestores públicos autárquicos,

Todos concordaremos que uma câmara municipal tem o dever e obrigação de criar as condições que permitam facilitar a atividade empresarial privada, porque, previsivelmente, essa mesma atividade permitirá criar empregos e como tal fixar pessoas, combatendo a desertificação e estimulando a economia local.

No entanto, e aqui começa a nossa divergência, esse apoio deverá ser aplicado na exata medida em que o cumprimento das funções básicas para a população estejam asseguradas.

E essas funções não foram e não serão asseguradas neste caso.

Como poderemos justificar junto da população dos bairros Ferreira e Rainho, do Atalaião (com a sua população maioritariamente idosa), do bairro do Planalto e de toda a área do cimo da rua do Cano, largo dos Aviadores e largo do Jardim do Operário, que a única farmácia que servia esta população se vá embora para outra zona da cidade, já servida por outras farmácias, com o aval da Câmara Municipal, pelo voto da maioria dos seus vereadores?

Dirão que se assim não fosse, a farmácia fecharia e não só os postos de trabalho seriam perdidos, como a função social da farmácia seria igualmente perdida.

Mas a função da Câmara seria atingir uma solução que servisse ambas as partes: a do empresário e a salvaguarda dos interesses da população. Esse seria o papel de um presidente de Câmara que fosse politicamente competente.

Para a CDU, o que ficou claro neste caso é que aqueles que foram eleitos para defenderem os interesses dos portalegrenses, principalmente das populações mais carenciadas como é o caso do bairro do Atalaião, não cumpriram o seu dever e decidiram valorizando mais uma demanda de um empresário, do que as necessidades básicas de uma boa parte da população.

Posto isto, consideramos ser um imperativo da Assembleia Municipal de Portalegre, aprovar uma moção política a remeter à Câmara Municipal, recomendando que a mesma reveja a sua posição e altere o seu parecer favorável à deslocalização da Farmácia Portalegrense, pugnando pela defesa do superior interesse público da população e Portalegre.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Moção – CDU (Hugo Capote)**

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre, veem por este meio apresentar uma moção política à Assembleia Municipal, reunida no dia 23 de Dezembro de 2019, propondo que os preços que os portalegrenses pagam pela água que consomem sejam reduzidos, já no ano de 2020.

Relembramos que os preços atuais tornam a nossa água uma das mais caras dos país, agravados pelas taxas cobradas pelo saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Mas se esta constatação já tornava imperioso que os preços fossem revistos, a CDU denuncia que em 2019 os mesmos foram aumentados em quase 5%, acrescido de um aumento de 15% nas tarifas de RSU que lhes estão associadas, e que a empresa municipal que gere a água em baixa, os SMAT, apresentou mais de um milhão de euros de liquidez financeira que transitaram de 2018 para 2019, mantendo-se um nível de investimento demasiado baixo.

Não é aceitável que uma empresa que pratica os preços que os SMAT praticam num bem essencial ao ser humano e que tenha liquidez financeira para investir e resolver problemas no fornecimento de água em vários locais do concelho, como são os casos das freguesias da Urra e da Alagoa, só para citar alguns, não eleja o alívio da fatura da água das famílias portalegrenses como uma opção para 2020.

Assim sendo, a CDU vem corporizar nesta moção a exigência para que o orçamento dos SMAT e a política de preços praticados no fornecimento de água no concelho de Portalegre reflitam em 2020, uma descida dos preços.”

Luís Carvalho disse que a CLIP concordava, em parte, com a reflexão feita pela CDU, pois o que estava ali em causa tinha a ver com uma melhor prestação de serviços públicos. Olhando para a realidade e comparando com a prática de outros municípios, disse que se verificava que, efetivamente, o serviço prestado pelos SMAT era de qualidade e que se tinha feito um esforço significativo na reabilitação das ruturas existentes no sistema. Nos valores da água não faturada, referiu que as perdas eram muito significativas, de quase trinta por cento, o que implicava que teriam de ser acauteladas, futuramente. Eram da opinião de que os SMAT tinham de continuar num esforço de investimento de melhoria da resposta às condições que não estavam a ser contempladas pela rede atual.

Mais disse que, em termos de percentagem, o encargo familiar médio com o custo da água no concelho representava uma carga de 0,9 por cento do rendimento disponível, canalizado para tal. Concelhos como Castelo Branco ou Beja tinham valores similares.

Hugo Capote, em contraponto com o que disse o membro da CLIP, salientou que já desde a altura em que tinha sido vereador na Câmara de Portalegre, a questão do problema do fornecimento da água à freguesia da Urra (Monte dos Apóstolos) já existia e, portanto, já se arrastava há mais de dez anos.

Outra questão que era preciso clarificar: como é que numa empresa que tinha cinco milhões de orçamento conseguia transitar mais de um milhão de liquidez, de um ano para outro. Portanto, os SMAT, ou tinha cobrado a mais, ou mão investiu onde devia. --



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira, relativamente àquela moção, disse que seria desejável que, havendo possibilidade, se concretizasse uma redução do preço da água, por forma a conseguir-se assegurar menores custos, com qualidade de serviço aos portalegrenses.

No que tocava à gestão financeira e aos resultados transitados, mencionados pela CDU, de cerca de um milhão de euros, referiu que se aprovassem, atualmente, uma redução do preço da água, poderia onerar receitas que seriam necessárias para a concretização de alguns investimentos, que os SMAT se comprometiam a executar durante o próximo ano. Naquele sentido, o PS considerava que a medida poderia ser imprudente. -----

Marco Antunes disse que a moção ali apresentada ia de acordo com as propostas do vereador Armando Varela, em reunião de Câmara. O PSD estava de acordo e tinha intenção de votar a favor da mesma. -----

### **Voto de protesto – CDU (Hugo Capote)**

“Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre veem por este meio apresentar um voto de protesto contra o Conselho de Administração da ULSNA, pela forma como tem gerido a falta de médicos no Centro de Saúde de Portalegre.

Desde Abril deste ano que a aposentação de uma médica do centro de saúde de Portalegre levou a que os “seus” cerca de 2000 doentes ficassem sem médico de família.

Perante a incapacidade do Conselho de Administração da ULSNA, e perante a pressão que os utentes sem médicos de família foram exercendo, a solução encontrada demonstra, novamente, uma falta absoluta na salvaguarda do interesse público que o CA da ULSNA reiteradamente vem demonstrando.

Senão vejamos. Foram os próprios colegas da médica aposentada daquela USF, que reduziram o período de consultas de recurso que seria das 14h às 20h, para o período entre as 17h e as 20h, porque no restante horário terão de realizar as consultas médicas da lista de doentes que ficaram sem o seu médico assistente.

A consequência tem sido a transferência de cada vez mais doentes para o Serviço de Urgência do Hospital de Portalegre, já de si congestionado e indo ao arripio de tudo o que são as atuais políticas de saúde.

Já tínhamos denunciado a incapacidade que o Hospital de Portalegre tem de fixar novos especialistas, mas agora também o Centro de Saúde de Portalegre, apesar de formar especialistas de Medicina Geral e Familiar, não consegue renovar os seus quadros médicos.

Perante o exposto, apresentamos um voto de protesto contra o Conselho de Administração da ULSNA, que, no caso de ser assumido pela Assembleia Municipal de Portalegre, pretendemos que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio Conselho de Administração da ULSNA, ao Conselho Diretivo da ARS do Alentejo e à Ministra da Saúde.”

Henrique Santinho disse que se revia na moção anteriormente apresentada. Na freguesia dos Fortios existia uma extensão de saúde em que era vergonhoso o tempo de espera para com aos utentes. Havia pessoas há seis meses à espera de uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

consulta. Os habitantes daquela freguesia rural, além de carregarem o peso da doença e da idade estavam mais de três horas à porta da extensão de saúde esperando por quem não chegava. Era preciso tomar medidas.

Salientou que a freguesia em causa tinha condições para exigir um médico de família, pois passava uma estrada nacional pelo meio da mesma e, posto aquilo, estava a ser criado um grupo de pessoas que iria corta a estrada em sinal de protesto.

Tanto a Câmara como a Assembleia deveria chamar a atenção a quem geria as condições de saúde, no concelho. -----

Miguel Monteiro disse que nem todos se podiam orgulhar de falar, de forma aberta, do Serviço Nacional de Saúde e de serem, desde sempre, defensores da manutenção e do reforço do mesmo. O PS podia orgulhar-se de ter sido quem fundou o SNS.

Num momento em que se tinham feito alguns reforços de investimento, não só financeiros, como em recursos humanos, previstos numa verba significativa para o orçamento de estado de dois mil e vinte, estavam a passar uma “esponja” por cima de alguns anos, em que se tinha desinvestido. O SNS estava, atualmente, com problemas que ninguém podia recusar existirem.

A imagem do Hospital de Portalegre era por demais evidente e os problemas eram óbvios e surgiam quando um Governo queria investir e reforçar o sistema de saúde, ao contrário de outros que o depauperaram.

Acrescentou que o PS era sensível àquela matéria e relativamente aos problemas maiores que a ULSNA enfrentava, além dos ali apontados pela CDU, mas não cabia nem à Assembleia nem à Câmara Municipal de Portalegre contratar ou transferir médicos de uns serviços para outros. Gostaria que aquelas posições fossem mais abrangentes. -----

Ricardo Romão disse que todos tinham preocupações relativamente ao funcionamento do Hospital de Portalegre e eram solidários com qualquer medida que se fizesse para benefício dos serviços. No entanto, a CLIP entendia não ser ali o local para fazer aquele tipo de coisas, uma vez que não cabia à Assembleia Municipal fazer a gestão da ULSNA e vice versa.

A Câmara Municipal, dentro das suas possibilidades, tem feito algum esforço para se encontrarem soluções para o problema em causa, conforme constava no relatório municipal. -----

Henrique Santinho disse não estar ali a criticar o poder central ou o governo e muito menos a Presidente da Câmara, mas sim a anunciar àquela Assembleia, enquanto poder máximo do concelho, um problema que afetava a freguesia dos Fortios e não só. -----

Hugo Capote disse ao membro Ricardo Romão que aquela moção poderia ser usada pela presidente da autarquia como uma posição de força, nos inúmeros almoços e reuniões que a mesma tinha com o presidente da ULSNA.

Salientou que, no dia em que aquela Assembleia Municipal se demitisse de discutir questões importantes que se prendiam com a vida dos portalegrenses, então não era preciso existir. Conclui, dizendo que se aquela moção tivesse partido da CLIP, teria com certeza o voto a favor da CDU. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Proposta – CLIP (Ricardo Romão)**

“Em democracia, o acesso dos cidadãos a informação sobre o funcionamento e gestão dos Órgãos do Estado e das Autarquias, é essencial para a ativa participação dos mesmos e escrutínio sobre os trabalhos realizados, bem como à aproximação dos munícipes aos seus representantes e às Instituições. Tal participação está, de um modo geral, consagrada nas sessões públicas, em plenário. No Município de Portalegre tem sido feito, nos últimos anos, um esforço para esta aproximação, sendo atualmente públicas todas as sessões de reuniões de Câmara Municipal, bem como a realização de reuniões descentralizadas nas diversas Juntas de Freguesia.

Como V/ Ex<sup>a</sup> reconhecerá, a participação de cidadãos nas sessões da Assembleia Municipal e de reuniões de Câmara Municipal, não tem uma expressão de assistência suficientemente significativa para que julguemos estar cumpridos os objetivos atrás indicados. O que tem sido lamentado pela generalidade dos Grupos Municipais.

Por outro lado, julgamos que será necessário adequar e atualizar formas de aproximação do munícipe ao município, através da utilização de novas ferramentas tecnológicas facilmente disponíveis na atualidade e que têm sido adotadas por inúmeros municípios portugueses nos últimos anos, nomeadamente a transmissão em direto e online das sessões públicas dos Órgãos dos respetivos municípios. A utilização destes métodos, com o objetivo concreto já descrito, deverá acautelar, como é natural, o cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados e demais legislação aplicável, assegurando a proteção individual do cidadão. Neste sentido, vimos requerer a V/ Ex<sup>a</sup> a votação, para efeitos de deliberação, da transmissão em direto (áudio e vídeo) das sessões públicas dos Órgãos do Município de Portalegre, para que tal seja concretizado com a maior brevidade possível.”

O presidente da mesa, relativamente àquela matéria, disse partilhar da posição da CLIP, mas recordou que a Assembleia Municipal de Portalegre não tinha um orçamento próprio e, mesmo que tivesse, também não poderia fazer contratação pública. Portanto, por si só, a Assembleia não possuía capacidade para dispor naquela questão. Contudo, em concertação com a Câmara Municipal, talvez fosse possível.

Propôs que se constituísse ali uma comissão para o efeito, composta por um elemento de cada bancada política e que pudesse ser presidida pela CLIP, por forma a encontrar uma solução que complete o objetivo a que se destinava. -----

Hugo Capote perguntou se a comissão teria como finalidade a transmissão das sessões daquela Assembleia, embora estivesse dependente de um orçamento para a Assembleia.-----

O presidente da mesa disse não querer antecipar-se às questões que a própria comissão colocaria. Salientou o facto de a Assembleia Municipal não ter, nem os meios técnicos, nem financeiros que pudessem concretizar a proposta. Portanto, teria de ser encontrada uma formulação que permitisse efetivar a dita proposta.

Acompanhava o conteúdo da mesma, mas teria de colocar à apreciação da Assembleia Municipal a constituição da comissão, que promovesse um solução para as sessões fossem transmitidas em streaming. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão disse concordar com a proposta do presidente da mesa, mas a intenção não era aquela. Sabia que o procedimento teria de ser feito em consonância com o executivo. A proposta da CLIP era, sobretudo, ser deliberado em Assembleia que as sessões fossem transmitidas e os meios para tal teriam de ser tratados à posteriori.-----

O presidente da mesa disse que apesar de acompanhar a perspectiva, as suas cautelas eram de outra ordem, porque sendo a Assembleia Municipal transmitida em streaming, a mesma não poderia ficar na dependência da vontade ou da intromissão de conteúdos por via de outro órgão, nomeadamente, aquele que a própria fiscalizava. Portanto, existiam ali questões de necessária cautela, relativamente à continuidade para o futuro, que tinham de ser estabelecidas e a comissão deveria dar resposta às mesmas.-----

O presidente da mesa disse que estava encerrada a discussão daquela matéria. Para terminar o período antes da ordem do dia, lembrou aos presentes de que, quanto aos requerimentos remetidos à presidente da Câmara, os grupos municipais já estavam munidos da resposta, para o debate político. Contudo não constituíam, por si só, um ponto de discussão.-----

Miguel Monteiro solicitou a palavra à mesa e, relativamente a um dos requerimentos, disse que a resposta da presidente da Câmara foi redundante, pois nada tinha acrescentado em relação à resposta que já tinha dado a um pedido seu. Portanto, aguardava ainda uma resposta concreta sobre as despesas das deslocações ao Brasil e a Frankfurt. A presidente da autarquia poderia apresentar as contas que quisesse, mas, para um representante da Assembleia Municipal era necessário a apresentação dos comprovativos de todas as despesas efetuadas pelo executivo. Na verdade, a documentação que fez chegar à Assembleia, dizia somente respeito ao relatório de atividades desenvolvido na viagem e a um protocolo recentemente assinado, em Frankfurt, ligado à indústria farmacêutica brasileira. Portanto, bastaria que a presidente da Câmara provasse elementos contabilísticos firmes de tudo aquilo que a Câmara Municipal tinha pago nas viagens e estadias.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara Municipal de Portalegre se sabia porque é que uma autarquia tinha um presidente e um vice presidente. Supondo que sim, recordou que a nomeação do vice presidente daquela Câmara tinha demorado largos meses. Perante tal, perguntou porque é que, tanto ao Brasil, como a Frankfurt, teve de ir a presidente e o vice presidente.-----

A presidente da Câmara cumprimentou os presentes e, relativamente às despesas com as viagens ao Brasil e a Frankfurt, disse que, no decorrer da semana iriam ser enviados aos membros os comprovativos do que tinha sido pago pelo município, quer das viagens quer dos alojamentos. As ajudas de custo, embora o pudesse ter feito, nunca as meteu à Câmara, desde sempre.

O que lhe foi pedido foi um relatório sobre os benefícios para o município e os mesmos estavam à vista, dado que tinham sido incubadas nove empresas na Biobip, do Instituto Politécnico, uma delas já tinha reservado um lote e outra já se tinha



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

constituído cá, embora não estivesse na sede da Biobip. Além de se terem concretizado alguns investimentos, como a venda do Hotel D. João III e o Palácio Sampaio. Portanto, em relação aos custos/benefícios, disse ser já visível o que tinha resultado daquela componente.

Quanto ao facto de o vice presidente também ter ido, esclareceu que quando ela estava, não estava o vice presidente, mas sim o vereador. O vereador só assumia funções de vice presidente, quando a própria não estava. Portanto, o vereador foi como responsável pela parte dos investimentos e a presidente da Câmara pela cooperação externa. Mais referiu que havia situações que exigiam que estivessem os dois presentes, quando iam e vinham no próprio dia, como aconteceu com a ida a Frankfurt, onde reuniu com dois investidores. Era, pois, necessário tentar puxar investimento para Portalegre e para o concelho.-----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara quem é que presidia a autarquia, na sua ausência e do vice.-----

A presidente da Câmara disse nunca ter prejudicado a autarquia, em termos de representatividade. -----

Hugo Capote salientou que a sua pergunta não tinha sido respondida. Depreendia-se que ninguém ficava a presidir a Câmara, quando os dois não estavam. Portanto, ninguém dava despacho na ausência dos mesmos.

Concluiu, dizendo que não seria a melhor gestão terem ido dois elementos, em representação, prejudicando o trabalho na autarquia. Restava ainda esperar pelo futuro para verificar quais os benefícios recolhidos com as referidas deslocações.-----

A presidente da Câmara referiu que o facto de a mesma estar ausente não significava que não houvessem despachos. Mesmo que estivesse do outro lado do mundo, salientou que continuava a cumprir com as suas obrigações. -----

Miguel Monteiro, pegando nas palavras anteriores, disse que, por incrível que parecesse, continuava a haver uma coisa sem qualquer despacho, que era o orçamento da Câmara Municipal de Portalegre. E, como se tal não bastasse, foram ali confrontados com uma rábula lamentável em torno do mesmo, em que a presidente os surpreendeu, novamente, pela negativa. Perguntou à presidente da autarquia se estaria mesmo interessada em ter orçamento para dois mil e vinte, uma vez que já tinha tido um aprovado e decidiu revogá-lo, por erros cometidos pela própria. Para quando uma nova proposta, para poderem ali pronunciar-se sobre a mesma.

Lembrou que um orçamento e as grandes opções do plano, para um concelho como o de Portalegre era um instrumento financeiro, estratégico e de gestão, que não podia ser tratado da forma lastimável como a atual presidente o fazia. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara o que achava do facto dos orçamentos das Câmaras de Elvas e Ponte de Sôr serem muito superiores ao da sua Câmara, se fosse aprovado e mesmo somando o dos SMAT-Portalegre.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara Municipal referiu que as questões orçamentais do município cumpriam, rigorosamente, as regras estipuladas. Relativamente aos outros municípios, disse que não gostava de se comparar, porque cada qual tinha o seu ponto de partida e o de chegada e cada um com a sua avaliação. Quanto ao valor, era subjetivo, pois tinha a ver com o facto de Elvas estar com obra mais avançada na escola. Recordou que Portalegre ainda tinha dezassete milhões de dívidas por pagar. -----

### **ORDEM DO DIA:**

O presidente da mesa disse que havia uma deliberação prévia que teriam de tomar, que era a inclusão de um ponto solicitado pela Câmara Municipal: "Revisão às grandes opções do plano". Colocou à votação dos membros presentes. -----

Hugo Capote referiu que havia duas questões naquele ponto que deixavam a bancada da CDU com algum desconforto: estarem novamente perante uma revisão orçamental, na altura em que tinham acabado de criticar ali o facto de não ter havido orçamento aprovado para dois mil e dezanove, nem sequer orçamento apresentado para dois mil e vinte; além de que, aquela revisão serviria para acomodar uma despesa, já deliberada pelo executivo e discutida na Assembleia. Salientou que o contrato de compra que aquele negócio tinha subjacente era nulo, do ponto de vista da Câmara, porque era votado em reunião de Câmara e aprovado com o voto do vereador, o qual era também presidente da Fundação Robinson. Desde sempre, os elementos pertencentes à Fundação Robinson pediam escusa à votação dos pontos que tinham que ver com contas, compras, alienação de património, etc. Contudo, pela primeira vez e naquele caso concreto, quem vendia o imóvel, votou a seguir o contrato de compra do mesmo.

Sendo a Assembleia o órgão fiscalizador da atividade da Câmara, considerou tratar-se de um fator de nulidade do ato praticado. Apesar de a decisão estar tomada, propôs que, se havia mais valia no negócio, deviam fazer as coisas em condições, para evitar queimar tempo em discussões sobre questões de forma, da parte do executivo camarário. O substantivo das coisas é que era importante.

Por último, disse que se a presidente da autarquia estava interessada em ter orçamento para dois mil e vinte, teria de o apresentar no início do ano e introduzia-lhe aquela verba em causa, resolvendo a questão, de uma vez por todas. -----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PSD e do PCP/PEV e os votos favoráveis do PS e CLIP, integrar o ponto na ordem do dia, em ponto subsequente aos restantes. -----

Hugo Capote solicitou à mesa que, na parte da deliberação do ponto, fosse feita a votação nominal. -----

O presidente da mesa concordou. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

A presidente da Câmara fez uma chamada de atenção para as questões acerca da saúde, já ali faladas, e disse ter havido uma reunião com o secretário de Estado da saúde, além de estar prevista outra reunião, na segunda quinzena de janeiro, com a ministra da saúde, relativamente aos problemas da ULSNA, que a todos preocupavam.-----

João Meira disse haver um ponto, na introdução do relatório, relativamente à Escola da GNR, sobre o qual perguntou à presidente da Câmara qual o nível de comprometimento existente para com as infraestruturas da nova escola, bem como, até que ponto a mesma estaria disposta a ir para assegurar aquele investimento vital para a desenvolvimento tão almejado do concelho, na medida em que, em dois mil e dezassete, o Ministério da Administração Interna comprometeu a referida obra, na ordem dos catorze milhões de euros e sendo que da parte da responsabilidade da Câmara Municipal de Portalegre teriam de ser cerca de dois milhões de euros, para as infraestruturas base da criação do novo edifício.

Efetivamente, sabia-se que, nas propostas de orçamento que a presidente levou a reunião de executivo, a rubrica tinha sido aberta com um euro e aquilo que se tinha visto, até à data, foram somente meras palavras assumidas para com a Escola da GNR. No entanto, de proactivo ou de pragmático nada tinha sido tomado, por parte da Câmara Municipal.

Naquele sentido, se no relatório da presidente da autarquia a mesma dizia que aquele era um desejo ambicionado para dois mil e vinte, então até onde é que estaria disposta a ir.-----

Hugo Capote, relativamente à questão da saúde, lembrou que aquele era o terceiro relatório consecutivo em que a presidente da Câmara informava que reunia com o conselho de administração da ULSNA, No entanto, desde abril que a situação da falta de um médico, no Centro de Saúde, se matinha. Presumia que a presidente da Câmara já soubesse da situação e que tivesse feito valer alguns dos seus argumentos, nas reuniões ocorridas. No entanto, passados oito meses, estava tudo na mesma.

Em segundo lugar, relativamente à questão da Escola da Praceta, e de a presidente ter referido que o orçamento de Elvas estava hipervalorizado, perguntou se era verdade que a Câmara Municipal de Portalegre teria de devolver um milhão de euros referentes àquelas obras.-----

Luís Carvalho referiu que uma das propostas daquele relatório que lhe chamou a atenção tinha a ver com a criação de um instrumento com a importância do ARU (Área de reabilitação Urbana), quer fosse para beneficiar de um conjunto de incentivos fiscais, no âmbito dos instrumentos municipais, ou até para possibilitar que as freguesias fora do núcleo urbano se pudessem candidatar a algum tipo de instrumento financeiro (INFRU 2020) e aos benefícios que dali adviessem.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Portanto, dada a obrigatoriedade de constituição daquelas áreas de reabilitação urbana, para se ter acesso aos apoios, parecia-lhe que a política do município, naquela área, era positiva e perguntou se, para além do documento da ARU da freguesia de Carreiras, era propósito do município desenvolver aquele tipo de figura para outras localidades do concelho. -----

Miguel Monteiro, quanto à matéria do relatório em debate, e às reuniões sistemáticas nele elencadas, disse que a ideia ali transmitida pela presidente da Câmara Municipal era vaga, embora a mesma estivesse sempre de consciência tranquila. O que aquele relatório, à semelhança dos anteriores, não conseguia resolver eram os problemas de limpeza na cidade; os da decadente Rua do Comércio; a piscina dos Assentos com os problemas graves que todos sabiam; etc.

Por mais que a mesma falasse em valorizar o concelho ou as associações de vários tipos, o que se sabia, de facto, era que a Câmara continuava de costas voltadas e faltava-lhes com o apoio devido, para poderem representar condignamente a sua cidade.

Perguntou à presidente da autarquia o que é que já tinha feito em relação às taxas camarárias indecorosas que eram cobradas a quem quisesse fazer um loteamento ou uma obra no município. Quando é que foi lançado o último loteamento, com alguma visibilidade na cidade. Infelizmente, não havia obra nova a decorrer.

Sugeriu à presidente que fosse às escolas e visse como pequenas coisas, que custavam tostões, se poderiam resolver. Contudo, nem eram questões orçamentais, mas sim de vontade e organização camarária.

Em conclusão, por mais relatórios daquele género que fizesse, a presidente da Câmara Municipal não resolvia as questões fulcrais e duvidava que alguma vez as viesse a resolver.-----

A presidente da Câmara, quanto à Escola da GNR, disse que iria até onde fosse possível e que, atualmente, tinha tentado encontrar financiamento para os dois milhões de euros necessários para as infraestruturas. Aquando da visita da ministra e do secretário de Estado a Portalegre, tentou chegar a acordo e realçou que houve abertura para se resolver o assunto. No início do ano ficaram de reunir com a CCDRA, no sentido de encontrar solução para a contrapartida da Câmara. O projeto em causa irá ser feito externamente. Contactou também a GNR, que era quem estava a elaborar o programa, de modo a conciliar o mesmo com as infraestruturas. Lembrou que a estimativa apresentada ainda não era o projeto propriamente dito e que o mesmo só se concretizaria após as especialidades.

Relativamente à Escola Cristóvão Falcão, disse que o projeto foi apresentado na passada semana, no Conselho Municipal de Educação, e que tinha sido sujeito a uma revisão, passando as obras de dois milhões para cerca de dois milhões e novecentos mil. Atualmente estava a ser fechado e tinha solicitado uma reunião com a secretária de Estado da educação, no sentido de lhe dar conhecimento daquela alteração à requalificação da escola. Acrescentou que o projeto iria passar, por força da lei, para um projetista externo, para ser revisto.

Quanto às questões da ARU, referiu que a intenção do executivo seria avançar também noutras freguesias que tivessem zonas consolidadas, como era o caso da Alagoa e dos Fortios, com as vantagens inerentes para os seus munícipes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente à limpeza, disse que estava melhor do que anteriormente, pois tinham vindo a esforçar-se para tal. No entanto, ainda não se conseguiu o que seria desejável. Na situação da Piscina dos Assentos estavam a ser tramitados os procedimentos para obter o empréstimo necessário.

Por último, concordava que as taxas camarárias precisavam também de ser mexidas mas, lembrou que as taxas da Zona Industrial já o tinham sido, por forma a dar mais incentivos aos investidores. As perspetivas eram, basicamente, com alguns loteamentos prestes a iniciar, esperando que a oferta de habitação em Portalegre melhorasse no futuro. -----

Hugo Capote disse que só acreditava que a Escola Cristóvão fosse reconstruída quando as obras avançassem. Voltou a questionar a presidente se era verdade que a Câmara tinha de devolver um milhão de euros, relativamente à Escola da Praceta, a qual foi reabilitada com fundos comunitários, mas onde não foram cumpridas as regras estabelecidas.

Mais perguntou se, com o compromisso que a Câmara tinha acabado de assumir de cerca de um milhão e trezentos mil euros para a compra do imóvel à fundação Robinson, mais aquela devolução, achava estarem em condições de poder assegurar qualquer tipo de compromisso para a Escola da GNR ou para a Escola Cristóvão Falcão. -----

A presidente da Câmara disse que o assunto da Escola da Praceta estava em tribunal e desconhecia que a autarquia tivesse de devolver alguma coisa, até à data. A questão tinha a ver com uma linha dum alvará. O tribunal decidiria. -----

Hugo Capote disse que se a Câmara não tinha conhecimento, então não seria verdade. -----

A presidente salientou que, até àquele dia, não teve conhecimento de decisão do tribunal. -----

Miguel Monteiro perguntou à presidente da Câmara o que é que tinha sido contestado em tribunal, ou melhor, o que estava em causa naquela ação? -----

A presidente da Câmara disse que tinha a ver com uma questão de um alvará, em que não se cumpriu uma alínea. Pelo que estavam a solicitar que fosse devolvido parte do dinheiro da construção da Escola. O executivo camarário era da opinião que só deveria devolver-se o montante que dizia respeito à referida alínea e não às restantes, todas já cumpridas. -----

Miguel Monteiro perguntou qual o valor implicado naquela alínea. -----

A presidente da Câmara disse que o valor era cerca de setecentos e setenta mil euros.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **2 – Atas nºs. 19 e 20 relativas à reunião ordinária realizada em 20 de setembro de 2019 e reunião extraordinária realizada em 28 de outubro de 2019, respetivamente;**

Pedro Ranheta referiu ter estado presente na Assembleia de dia vinte e oito de outubro e que o seu nome não constava da respetiva ata. -----

O presidente da mesa disse aos membros que fizessem chegar à mesa, por escrito, quaisquer correções materiais ou formais, para que os serviços administrativos fizessem as respetivas correções. -----

Ricardo Romão, relativamente à segunda ata, faria depois chegar as correções por escrito. Quanto à primeira ata, disse ter havido declarações suas que não estavam incluídas na ata, pelo que, pediu para ter acesso à gravação áudio da sessão, para depois poder ser transcrita.--

O presidente da mesa disse que as atas seriam ali votadas com as inclusões de todas as correções que viessem a ser feitas, mesmo que à posteriori.-----

### **3 – Requerimento da CDU para audição do 1.º comandante distrital de operações de socorro;**

- Deliberação da AMP de 28.10.2019 -

O presidente da mesa interrompeu os trabalhos e chamou o comandante de operações de socorro para prestar o esclarecimento necessário. Referiu que passariam a funcionar em comissão eventual ad hoc, que era constituída por todos os membros daquela Assembleia Municipal, que iria ouvir o interveniente. Mais disse que distribuiria cinco minutos a cada grupo municipal, começando pelo grupo requerente (PCP/PEV).-----

Hugo Capote começou por apresentar as desculpas ao comandante pelo facto de ter estar ali presente em vésperas de Natal e, por algum constrangimento que lhe possa ter causado.

Relembrou que numa das sessões daquela Assembleia, ainda na época sensível dos fogos, um dos membros da mesma foi informada de que o elemento que representava o município de Portalegre nos briefings semanais da Proteção Civil não estava presente, durante todo o Verão. Tal informação não bateu certo com o relatório da presidente da Câmara, a qual referiu, posteriormente, que uma coisa eram os briefings semanais e outra coisa as reuniões do Conselho da Proteção Civil. Saliu que o Conselho era também presidido pela presidente da autarquia, no qual a própria disse nunca ter faltado. A presidente também ali tinha esclarecido que no seu período de férias tinha sido substituída pelo presidente da Câmara da Ponte de Sôr.

A questão que na altura se levantou foi que, perante o crivo e a censura por que passavam as declarações da presidente da Câmara, naquela Assembleia, tornou-se mais exigente do que os primeiros anos de mandato. Na ata daquela sessão, a presidente da Câmara afirmou o seguinte: “Ainda há pouco tempo dirigiu uma reunião



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

no CDOS, porque era a presidente e esteve em representação do município. Salientou que sempre tem acompanhado as reuniões da Proteção Civil e esteve em todas as reuniões, até enquanto esteve de férias foi substituída. Mais referiu que havia um representante que havia um representante do município, mas que não conseguia ali responder. Salientou ainda que o feedback que tinha daquelas reuniões, estranhava que nunca lhe tivesse sido dito, frontalmente, que não houve a necessária representação do município de Portalegre, nas outras reuniões.”

Portanto, o que o grupo da CDU perguntava ao comandante das operações de socorro era se, do ponto de vista formal ou informalmente, aquilo que os preocupava, enquanto membros da Assembleia Municipal era o facto de perceber que não havia ali uma troca de informações muita fluida, entre a Proteção Civil e a Câmara Municipal de Portalegre. -----

No uso da palavra, Rui Conchinha, comandante distrital das operações de socorro, cumprimentou os presentes e disse ser com todo o gosto que ali estava disponível para esclarecer o que fosse necessário, dentro do seu âmbito profissional.

Quanto à questão que lhe foi colocada, disse que a relação que tinha tido com a Câmara Municipal de Portalegre, mais propriamente com a presidente do município, enquanto presidente da Comissão Distrital de Proteção Civil, foi sempre de perfeita cordialidade, dentro das relações institucionais.

No caso em particular de ter informado, ou não, a presidente da Câmara, sobre a ausência do coordenador municipal nos briefings, referiu que, formalmente, nunca o tinha feito. Pela simples razão de que, os centros coordenadores operacionais distritais realizavam, dentro do período de maior risco de incêndio, reuniões todas as quartas feiras de cada mês e, fora daquele período, eram feitas nas primeiras e terceiras quartas feiras. Acrescentou que o Centro era composto por um conjunto de entidades que tinham de estar presentes, por inerência da lei. Por outro lado, também estavam presentes outras entidades por convite, como era o caso dos coordenadores municipais e que, enquanto convidados, não iriam ser chamados à atenção, ou ao seu líder, pelas vezes que não estiveram presentes.

Mais informou que ao longo do seu tempo de função, não só no caso do município de Portalegre, tinha sentido que os municípios do distrito estavam muito aquém daquilo que era a sua responsabilidade, no âmbito dos serviços municipais de proteção civil. Pelo que seria necessário dar mais dinâmica e alterar alguma coisa no referido serviço. A presidente da Câmara Municipal de Portalegre sempre lhe foi demonstrando preocupação naquela questão e também lhe prometeu que fariam uma reunião, logo que possível, para se ir ao encontro das faltas de correspondência, no âmbito do serviço municipal de proteção civil.

Adiantou que defendia, de forma generalista, que os serviços municipais de proteção civil eram um serviço pró reativo e, no seu ponto de vista, fazia todo o sentido que se tornasse pró ativo.

Portanto, até à data, tinha sido possível corresponder a todas as ocorrências, mas a pro reatividade, por vezes, não ia ao encontro das necessidades.

Mais referiu que todo o conjunto normativo que regulava o setor demonstrava que havia muito trabalho para ser feito a montante dos problemas. Perante a sua preocupação, disse ter solicitado, ao longo dos últimos três anos, à Comissão Intermunicipal que lhe dessem quinze minutos numa reunião entre todos os pares, de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

forma a poder chamar-lhes a atenção aos responsáveis. Tal reunião aconteceu em fevereiro último, onde quase todos os municípios estiveram presentes. Infelizmente, a Câmara de Portalegre não esteve presente. -----

Miguel Monteiro disse que, de certa forma, o comandante tinha ali respondido às questões essenciais. Contudo, perguntou-lhe se poderia acrescentar algo mais sobre qual a relevância da presença dos representantes das Câmaras nos referidos briefings, para efeitos de prevenção e de operações no terreno. -----

Rui Conchinha disse que, comparativamente com outros distritos do país, onde se realizava o mesmo tipo de briefing, a maioria também se limitava a ter presentes as entidades obrigadas por lei. No entanto, sempre se convidaram outros intervenientes, pois nunca seriam demais. Perante aquilo que era a partilha de opinião e das capacidades, que ao nível do município se podiam coadjuvar para irem ao encontro de soluções para o conjunto de problemas que tinham, nomeadamente ao nível dos riscos de incêndios no território, tinham-se demonstrado como uma mais valia. Em conclusão, aquela boa prática, ao nível do comando distrital, podendo ter todos os técnicos disponíveis para poderem partilhar as preocupações e dar nota das capacidades e dispositivos ao alcance seria, sem dúvida, uma mais valia para o sistema, no seu todo.-----

Ricardo Romão perguntou se, alguma vez, as faltas do representante do município tinham posto em causa, quer a relação da Câmara, quer a operacionalidade em relação à participação naquelas funções dentro da Proteção Civil.-----

Rui Conchinha respondeu que não. Conforme disse anteriormente, aquele serviço era pro reativo, ou melhor, reagia bem às necessidades de momento. Felizmente, no concelho, ainda não tiveram situações de exceção. A história recente tinha, infelizmente, demonstrado que tinham de estar preparados para aquilo que era a rotina e, necessariamente, teriam de ir um pouco mais além. Até, então, o facto de aquele representante não ter estado muitas das vezes presente, não tinha posto em causa aquilo que foi a capacidade de resposta do serviço de Proteção Civil, propriamente dito, a todas as solicitações, dentro do seu âmbito de responsabilidade, que foram feitas por parte do Comando Distrital. Adiantou que, infelizmente, não foi somente o técnico do município de Portalegre que não esteve presente. Tiveram alguns municípios cujos técnicos, independentemente de estarem formalmente em funções, enquanto de coordenadores operacionais municipais, também muito raramente iam aos briefings em causa.-

Marco Antunes disse que a maioria das questões estavam respondidas. Agradeceu, em nome do seu partido, a presença do comandante. -----

Hugo Capote perguntou ao comandante se tinha havido alguma alteração depois da chamada de atenção da Assembleia Municipal, do comportamento do coordenador do município e se, sem menosprezar todos os outros concelhos que faziam parte da área de intervenção, o concelho de Portalegre, quer pela sua posição como capital de distrito, quer pela área geográfica que abrange todo a área do Parque Natural da Serra



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de S. Mamede, tinha outro tipo de responsabilidades, nomeadamente, na questão dos fogos.-----

Rui Conchinha referiu que, após terem sido levantadas algumas dúvidas na sessão de setembro, daquela Assembleia Municipal, o coordenador municipal da autarquia teve presente em quase todas as reuniões, às quartas-feiras.

Quanto ao grau de risco da área territorial de Portalegre, disse que tinham consciência da grande área florestal do distrito e existia preocupação com o chamado risco estrutural de incêndio. Saliu que era o concelho que tinha o “interface” mais problemático do distrito. Havia muito a fazer por parte de todos os intervenientes, bem como nas ações de sensibilização, junto de todos os munícipes que vivam naquele interface da área urbana com a área florestal. Portanto, tinha de ser feito tudo o que estava ao alcance e a montante do problema, porque quando o mesmo se instalava, por vezes já era tarde.

Esperava, pois, que a sua presença ali pudesse contribuir para uma consciencialização de todos os presentes, para se poder tornar aquele território mais resiliente e mais preparado para corresponder às pequenas catástrofes, no âmbito dos incêndios rurais.-----

Luís Carvalho perguntou ao comandante Conchinha sobre qual a avaliação que era feita à capacidade do município de antecipar alguns dos principais riscos, quer ao nível da limpeza do espaço florestal, quer na definição de faixas de proteção.-----

Rui Conchinha reconhecia que o município tinha feito muito trabalho no âmbito da prevenção. Era o município com mais equipas de sapedores florestais, de gestão diferente e que tirava partido da capacitação das mesmas. Referiu ainda que era o município que tinha, formalmente, indicadas, no âmbito do programa “Aldeias seguras, pessoas seguras”, as freguesias de risco de grau I e grau II. Correspondeu também ao desafio de operacionalizar o referido programa nas freguesias com risco prioritário. O trabalho estava à vista e era partilhado, não só com o município, mas também com outras entidades como era o ICNF, a GNR, etc.

Enalteceu o trabalho efetuado mas acrescentou que não podiam ficar por ali, pois muito haveria ainda por fazer.-----

A presidente da Câmara agradeceu a presença e o esclarecimento ali prestado pelo comandante Conchinha e lembrou que o coordenador da Proteção Civil do município de Portalegre acumulava as funções também com o Gabinete Florestal.-----

O presidente da mesa agradeceu a presença do comandante distrital e enalteceu o seu desempenho cabal das funções que lhe foram confiadas, quer na preparação logística dos trabalhos, quer em operação.

Os trabalhos daquela Assembleia Municipal iriam reiniciar.-----

### **4 – Orçamento e plano plurianual de investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2020;**

- Deliberação da CMP de 20.11.2019 -



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, relativamente ao ponto em causa, disse que o total da receita ali apresentado era de cinco milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e cinco euros, correspondente à média dos últimos vinte e quatro meses.

De forma sintética, disse que o total da despesa corrente situava-se nos quatro milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e dez euros e que as despesas ordinárias mais significativas eram: a água, com cerca de um milhão, e cem mil euros; o saneamento com novecentos e cinquenta mil; resíduos sólidos com setecentos e dezoito mil euros e o gásóleo com cento e noventa mil euros.

Referiu que o total da despesa de capital era de um milhão e trinta mil euros e, quanto à despesa de capital, o valor de investimento estava condicionado pelas obras a decorrer, que não seriam concluídas no corrente ano. Deu exemplo de algumas.

Destacou, para dois mil e vinte, os projetos da estação elevatória do Benzilhão; a estação elevatória dos Apóstolos; a etar de Monte Paleiros e a etar de Monte Carvalho. -----

### **5 – Mapa de pessoal para 2020 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2020;**

- Deliberação da CMP de 20.11.2019 –

Quanto ao mapa de pessoal dos SMAT, a presidente da autarquia referiu que os lugares a prover eram para mais um assistente técnico, para o serviço de aprovisionamento; assistentes operacionais; um canalizador e três cabouqueiros. -----

Joaquim Barbas, relativamente ao orçamento dos SMAT, lembrou que aqueles serviços tinham autonomia administrativa e financeira. Perguntou à presidente da Câmara se os SMAT já tinham sido ressarcidos das importâncias devidas pela Câmara, aquando do protocolo feito com a empresa Jerónimo Martins, uma vez que tinham ficado com condições especiais na aquisição da água e na utilização de autocarros.

Referiu ainda que os SMAT tinham uma boa posição financeira e uma capacidade de endividamento grande. No entanto, achava que o investimento ali proposto poderia ser mais ambicioso, dadas as necessidades do concelho ao nível dos transportes e saneamento. -----

A presidente da Câmara respondeu que a autarquia estava a cumprir com o pagamento aos SMAT. No valor da água já estava incluído o valor referente à empresa Jerónimo Martins.

Em relação aos autocarros teria de ser o conselho de administração dos SMAT a pronunciar-se. -----

Henrique Santinho disse ter ficado desanimado com o teor do documento. Se, efetivamente, havia capacidade financeira, da parte dos SMAT, então não entendia o porquê da falta de água na freguesia dos Fortios, com ruturas constantes, por vezes três ou quatro por semana, na altura do Verão. Apontou também a falta de capacidade do depósito da água, que sabia não ser da responsabilidade dos SMAT o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

abastecimento em alta, mas sim somente em baixa. Portanto, com todas as ruturas que aconteciam em alta, o depósito da freguesia apenas tinha capacidade para cerca de uma hora e se o auto tanque dos Bombeiros demorar, obviamente que a população ficaria sem água nas torneiras. Lamentavelmente, houve casas comerciais que tiveram de fechar portas, naquelas circunstâncias.

Se os SMAT tinham dinheiro, então aqueles problemas tinham de ser resolvidos. -----

Hugo Capote disse que havia ali uma questão política e técnica que tinha de ficar registada: a explicação para os Serviços Municipalizados não investirem, apesar da liquidez financeira que tinham, era porque a Câmara Municipal de Portalegre estava a fazer o mesmo que fez com a Fundação Robinson, estavam a usar a capacidade de endividamento dos SMAT, medida no perímetro financeiro da Câmara, para poderem fazer o seu próprio endividamento. Tal constatação era inatacável. Aquele orçamento não era aceitável e lamentava o facto de estarem ali presidentes de junta a queixarem-se de que não tinham um condigno abastecimento de água, um serviço básico para qualquer município, neste século.

Enquanto a Assembleia Municipal não der ali um “cartão vermelho” e não demonstrar, verdadeiramente, o seu protesto, as coisas não iriam mudar. O fingimento irá continuar.-----

João Meira disse que o grupo municipal do PS foi sempre, desde o início daquele mandato, uma voz crítica e construtiva, relativamente aos documentos previsionais que os SMAT apresentaram. Naquele sentido, foram fazendo vários alertas em relação ao que seria a trajetória de investimento e de resposta às necessidades das populações, que consideraram necessárias. Efetivamente, aquele era um orçamento que, de alguma forma, respondia a algumas carências urgentes e já assinaladas, ao longo daqueles dois anos de mandato, como no caso do Bairro dos Apóstolos, à freguesia da Alagoa e também ao que eram o estabelecimento de projetos de execução, para outras situações emergentes como as estações elevatórias.

Lembrou que, no passado, aquilo que o PS criticou como sendo a inércia na aplicação dos resultados transitados do ano de dois mil e dezoito para dois mil e dezanove, na ordem de um milhão de euros, acabavam agora por ver, naquela proposta de orçamento, a aplicação daquele montante com uma despesa de capital de um milhão e trinta mil euros.

Era pois preciso interrogarem-se sobre qual seria o resultado previsional dos SMAT, em dois mil e dezanove, assim como saber se a estabilidade de resultados de dois mil e dezassete e dois mil e dezoito se mantinha em dois mil e dezanove, por forma a conseguir-se uma segurança, relativamente ao encaixe de investimento ali proposto.---

A presidente da Câmara recordou que a liquidez resultava da falta de execução, em dois mil e dezanove, que iria passar para dois mil e vinte. A verba, de algum modo, já estava comprometida porque as obras já estavam a decorrer.-----

Marco Antunes, relativamente às tranches dos pagamentos da Câmara para os SMAT, acordados a propósito da compensação à empresa Jerónimo Martins, perguntou se já estariam a ser feitos ou se estavam programados para começarem. Se já estavam a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ser feitos, solicitou à presidente da Câmara que lhes fizesse chegar o relatório dos mesmos.

Salientou que, nas reuniões de executivo, aquando da discussão da capacidade de endividamento dos SMAT, o vereador Armando Varela tinha proposto a aquisição de equipamentos novos de transporte e pela redução das tarifas da água. Uma vez que as mesmas não foram aceites, o PSD agiria em conformidade. -----

A presidente da Câmara disse que já tinha enviado o relatório ali solicitado para o vereador Armando Varela. -----

### **6 – Proposta para fixação do IMI para 2020;**

- Deliberações da CMP de 20.11.2019 e 27.11.2019 –

O presidente da mesa esclareceu o facto daquele ponto ter duas datas de deliberação, referindo que a de vinte e sete do onze revogava a de dia vinte do onze. Portanto, a que estava em apreciação seria a última. -----

Hugo Capote disse que, enquanto membro da Assembleia, gostaria de solicitar à mesa que o vereador Artur Correia ali explicasse o que se tinha passado naquele intervalo de tempo das referidas deliberações, que justificasse o voto de uma maneira num dia e o voto diferente no outro. -----

Artur Correia disse que, da sua parte, não tinha mudado nada. A indicação do PS, já desde a última Assembleia, foi com intenção de manter a taxa do IMI. No entanto, um colega seu, apoiado pela mesma força política, fez a proposta numa altura em que ele próprio não estava presente na reunião, pois teve de sair da sala. Portanto, nem sequer analisou devidamente a proposta relativa aos três e meio por cento. Mais disse que quando o ponto foi votado, a votação foi muito rápida e acabou por ir atrás da votação. Portanto, votou com o seu colega, em consonância pela proposta, julgando que fosse para manter a taxa dos quatro por cento. Contudo, não ficou de acordo com tal facto e também já tinha ido àquela Assembleia aquela taxa, não sendo aprovada devido a um erro na união de freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras. Portanto, fez a proposta em consciência, perante a ideia que tinha anteriormente. -----

Joaquim Barbas disse que aquela discussão da taxa de IMI já ali tinha sido debatida e, na altura, o PSD entendeu que do IRS não devia descer, mas sim que beneficiasse alguns munícipes.

Entendia que o IMI era um imposto cego, ou melhor, era castigador para quem tinha uma casa para morar e por vezes com dificuldades em pagá-la.

O PSD era da opinião de que tudo o que fosse para ajudar a diminuir aquele imposto deveria ser aplicado. A taxa de zero, trinta e cinco era a mais indicada para a população e a Câmara ficaria somente com menos duzentos ou trezentos mil euros. ---

Henrique Santinho disse ter opinião diferente acerca da taxa de IMI e achava que zero, quatro por cento não seria descabido se o município reconhecesse o valor que cada freguesia pagava pelo mesmo. A freguesia dos Fortios era a que mais pagava de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

IMI, devido aos bairros novos e às dimensões das vivendas. Portanto, merecia mais atenção da Câmara para justificar aqueles quatro por cento que os proprietários pagavam. Condenava, pois, o “desvio” de tais verbas para freguesias de onde recebia pouco.-----

**7 – Proposta de manutenção, no âmbito de intervenção do município, das competências referidas nas alíneas do n.º 1 do art.º 2º do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, exceto aquelas que foram transferidas através de acordos de execução para 2019.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

A presidente da Câmara lembrou que aquela questão já tinha sido discutida com todos os presidentes de junta, em que houve acordo com o município, relativamente às competências a serem transferidas e que serão pagas diretamente pela DGAL às freguesias. -----

O presidente da mesa propôs aos membros que fosse feita a discussão conjunta dos pontos seguintes, desde o oitavo ao vigésimo primeiro, uma vez que se tratava da transferência de competências e da respetiva componente financeira para todas as juntas de freguesia.-----

**8 – Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alagoa.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**9 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alegrete.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**10 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Fortios.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**11 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Reguengo e São Julião.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**12 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**13 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Sé e São Lourenço.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**14 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Urra**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**15 – Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**16 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**17 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**18 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Reguengo e S. Julião;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**19 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**20 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**21 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia da Urra;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

Miguel Monteiro disse que aquela era uma matéria sensível à bancada do PS. Inclusive, já tinham alertado, sistematicamente, para o facto de as fórmulas usadas para se fazer a atribuição das verbas para as freguesias não corresponderem minimamente àquilo que eram as necessidades das mesmas, principalmente das rurais.

Aquilo que ali tinham para avaliar era um instrumento essencial para os presidentes de junta poderem fazer a gestão financeira de cada freguesia. Contudo, nalguns casos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

não era suficiente mas, ainda assim, era preferível que aquela transferência se concretizasse.

Salientou que, sem colocar em causa a existências daqueles protocolos, tinha que colocar completamente em causa a fórmula usada para o cálculo das referidas transferências.

O que era ali apresentado, na sua opinião, em vez de atenuar, ainda agravava mais a desigualdade entre algumas freguesias. Em termos gerais, os valores eram os seguintes:

- Alagoa – catorze mil euros;
- Alegrete – quarenta e seis mil euros;
- Fortios – quarenta mil euros;
- Reguengo e São Julião – cinquenta e um mil euros;
- Ribeira de Nisa e Carreiras – trinta e cinco mil euros;
- União das freguesias da Sé e São Lourenço – quarenta e sete mil euros;
- Urra – quarenta mil euros.

Independentemente do que dissessem, ninguém percebia aqueles valores, nem se conseguia entender que a justificação fosse porque algumas freguesias tinham mais caminhos rurais que outras, ou até mesmo por terem piscinas com manutenção a seu cargo e outras não. Também não entendia porque é que a freguesia da Alagoa, embora pequena, recebia somente catorze mil euros e que, por outro lado, Reguengo e São Julião recebessem cinquenta e um mil. Também a freguesia da Urra, com três núcleos urbanos significativos, recebia apenas quarenta mil euros, enquanto outras recebiam cinquenta mil.

As disparidades eram significativas, o que significava que aquela fórmula não prestava, nem servia os interesses das freguesias mais pequenas. Assim como as justificações dadas para o efeito não colhiam consenso.

Portanto, compreendia a absoluta necessidade que as juntas tinham em aderir àqueles instrumentos financeiros e protocolos, mas não podia continuar a aceitar a aplicação daquela mesma fórmula para o futuro. Voltou a destacar que era urgente e imperioso que, de uma vez por todas, se alterasse aquilo e se encontrasse uma fórmula justa de atribuição, por forma a ser equitativa, entre todas as freguesias do concelho. -----

Hugo Capote, quis citar ali uma frase da presidente da Câmara, em que disse o seguinte: "Independentemente dos acordos inter administrativos com as juntas, é necessário que também o poder central reveja os mecanismos como o fundo de equilíbrio financeiro para as autarquias locais e o fundo de financiamento das freguesias. Estes fundos não se encontram adaptados às reais necessidades das autarquias e, como tal, deveriam ser revistos os pressupostos para o cálculo dos mesmos", a afirmação da mesma era *ipsis verbis* o que as juntas de freguesia deviam dizer à Câmara. Perante tal, a CDU gostaria de perguntar a cada um dos presidentes de junta ali presentes era se aqueles contratos transferiam para as juntas de freguesia os fundos adaptados às reais necessidades das mesmas.

Mais referiu que, para a presidente da Câmara Municipal, desde que se continuasse a favorecer as juntas que eram da CLIP, todas as fórmulas estariam corretas.

Portanto, quando houver uma fórmula que seja justa e adaptada às necessidades das juntas de freguesia do concelho, então aí contariam com o voto da CDU. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Henrique Santinho disse que, quando foram chamados à Câmara para fazer o estudo sobre os contratos e as delegações de competências, aqueles que não tinham nada, obviamente que ficaram contentes e aceitaram o valor. Apesar de não ter noção de todos os números que cada junta tinha recebido, foi bom saber porque é que as da CLIP tinham votado contra o contrato inter administrativo, porque, daquele modo, sempre receberam um pouco mais.

No caso da freguesia dos Fortios, ficou satisfeito de ter sido aceite o valor e solicitou à presidente que arranjasse algo mais. -----

Hugo Capote disse que aquilo que estava a ser transferido para as juntas de freguesia era, por exemplo, a manutenção das escolas, com pequenas obras. Perguntou se as verbas transferidas, ao abrigo daquele contrato, eram adaptadas ao que as juntas iriam ter que passar a fazer. Lembrou que depois as associações de pais já não poderiam reclamar com a autarquia, mas sim com a junta. Será que teriam verbas suficientes para tal. -----

Francisco Silva perguntou aos presentes se conheciam os contratos de cada junta de freguesia. Porque se conhecessem, provavelmente não sabiam o que estavam a dizer.

A presidente da Câmara disse que todos os contratos eram diferentes e tinham sido adaptados às realidades de cada junta e ao que cada presidente entendeu que poderia fazer, dentro das competências estabelecidas na lei. -----

### **22 – Isenção de taxas - Nerpor – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre;**

- Deliberação da CMP de 11.12.2019 –

A presidente da Câmara disse tratar-se de uma entidade de utilidade pública e a Câmara tinha deliberado a isenção das respetivas taxas. -----

### **23 – Revisão das grandes opções do plano – Câmara Municipal de Portalegre.**

João Meira salientou que a dotação reforçada para dois mil e dezanove era de cerca de quinhentos e três mil euros e somada com o que eram os valores previstos entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e três, de duzentos e sessenta e nove mil, por cada ano, daria a quantia de um milhão, quinhentos e oitenta mil euros. Fazendo a ponte entre aquele documento e aquilo que aprovaram na passada Assembleia Municipal, o valor total da aquisição dos imóveis, correspondente ao edificado do Espaço Robinson, ascenderia a um milhão, duzentos e oitenta e três mil euros. Portanto, a diferença de reforço da dotação seria de duzentos e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e sete euros. Questionou sobre a justificação para tal.

A presidente da Câmara disse que o valor que ali estava era desde dois mil e vinte para a frente, até dois mil e vinte e dois. Portanto, não contava o valor atual e o resto já lá estava. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Joaquim Barbas disse que o seu partido foi contra o negócio em causa e, por uma questão de coerência, iriam votar em conformidade, porque não fazia sentido aprovarem a revisão.-----

Marco Antunes disse ter estado presente na reunião em que o PSD votou contra e esclareceu, novamente, que não eram contra a utilização do espaço da Robinson, para a utilização que estava pretendida. Eram sim contra aquele negócio que financiaria a Fundação Robinson. Na realidade, nunca lhe esclareceram porque é que o negócio não poderia ser feito pela simples cedência dos direitos de superfície ao REVIVE.

Portanto, se a Câmara podia fazer aquela aquisição, o PSD não compreendia porque é que a mesma não fazia o pagamento da dívida atual à Fundação Robinson.-----

Hugo Capote salientou que, oficialmente, a Assembleia Municipal nunca tinha chegado a tomar conhecimento do parecer do revisor oficial de contas.

Destacou, inclusive, que, por lei, aquele negócio era obrigatório ter sido visado pelo fiscal único, que substituíra o conselho fiscal, nos novos estatutos da Fundação Robinson.

A Assembleia Municipal já tinha decidido, de forma “coxa” aquele documento, na última sessão e, obviamente que não iriam reafirmar o lapso. Era da opinião que a Assembleia Municipal não se podia pronunciar, legalmente, sem o parecer do fiscal único, que era obrigatório.

Em conclusão, o contrato de compra daquele imóvel era decidido em causa própria e lembrou que o papel daquela Assembleia era fiscalizar assuntos como aquele, pois no dia em que se demitissem de o fazer, então demitiam-se de ser membros da mesma.--

O presidente da mesa disse que o membro Hugo Capote encarnava em si mesmo uma incompatibilidade com que acusou o vereador de ter, porque o parecer do fiscal único era relativa à apreciação e deliberação do Conselho de Administração da Fundação Robinson, pois era ali que era necessário.-----

João Meira, relativamente às grandes opções do plano, perguntou à presidente da Câmara qual a alteração que era feita ao orçamento de dois mil e dezanove. A alteração incidia somente no plano plurianual de investimento e nem incidia em sede de orçamento.-----

A presidente da Câmara respondeu afirmativamente, dizendo que a alteração passava só para anos seguintes (plurianualidade).-----

Novamente no uso da palavra, João Meira disse que o grupo municipal do Partido Socialista era coerente com a sua estratégia e com aquilo que tinha sido a sua visão para o espaço Robinson. Relativamente à missão para a qual a Fundação foi criada, desde há quinze anos, sempre consideraram que não estariam a ser cumpridos os objetivos para os quais foi fundada e, por outro lado, foram acumuladas dívidas durante anos sucessivos. Salientou que o que estava na iminência de acontecer era



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que, se efetivamente houvesse uma insolvência, ficaria colocado em causa o próprio património, que poderia perder-se naquele mesmo processo.

Portanto, além de tudo, importava salvaguardar o património edificado, histórico industrial que lá estava. O PS continuava numa correspondência com o que era a devolução do espaço aos ex operários aos seus filhos, aos portalegrenses, a qual teria de ser feita com investimento público, que criasse as condições necessárias à atração e fixação de investimento privado, naquele mesmo espaço.

Naquele sentido, o PS iria agir em conformidade com aquilo que era a sua estratégia, defendida desde o primeiro dia, com coerência e responsabilidade.-----

Hugo Capote referiu que aquele executivo camarário sempre enviesaram a discussão dos assuntos da Fundação Robinson. Recordou que a fundação foi criada com um pressuposto, um objetivo principal: a manutenção e salvaguarda do património, daquilo que era a Corticeira Robinson, S.A. O que se verificava atualmente era que a Fundação Robinson vai alienar grande parte daquele património à Câmara, outra vez, e informava a Assembleia Municipal que a parte museológica ficaria salvaguardada, mas a questão que se levantava era: para quê a existência da Fundação Robinson.

Era importante todos perceberem o que é que estava a ser alienado; a fábrica da cortiça passaria para as mãos da Câmara novamente. Estavam a acabar com a Fundação Robinson e alguém tinha de o assumir. É preciso chegarem todos a um consenso, pois ninguém tinha interesse que aquele património fosse parar aos credores.

Mais disse que quando aquele negócio era feito, havia uma parte interessada que não era “perdida nem achada”, que eram os trabalhadores da Robinson, os quais eram credores de salários em atraso e de indemnizações da fábrica, que ficaram reunidos na massa falida que foi gerida por um gestor de insolvência. Perguntou se era falso, ou não, que àquele gestor de insolvência cabia nomear elementos para o Conselho de Administração. Tal procedimento nunca chegou a ser feito. Portanto as indemnizações aos antigos trabalhadores estavam a ser-lhes sonegadas e, por outro lado, restava saber quais as garantias que tinham de que o núcleo museológico, que ainda restava, chegasse ainda a ser mostrado.

Por último, perguntou se o negócio em causa não se fizesse e não se cumprisse o propósito da Fundação Robinson, havia possibilidade de reversão.-----

O presidente da mesa esclareceu que o parecer do revisor oficial de contas era o parecer do fiscal único da Fundação Robinson, o qual era fundamental e de obrigação legal para a tomada de decisão dos órgãos daquela fundação. Portanto, aquele parecer, num negócio jurídico sinalagmático, fazia fé nos órgãos da Fundação Robinson. No entanto, estranhava que um membro da contraparte, ou melhor, um membro de um órgão da parte que negociava com a Fundação Robinson, entendesse por imperativa a apresentação do parecer da parte que se lhe opunha no negócio, para ele próprio tomar decisão. Naquele sentido, verificou também que havia incompatibilidade de posições.

Portanto, não se poderia assacar uma responsabilidade ao vereador, por deferir uma incompatibilidade e depois encontrar, na suposta ausência de um documento para que a contraparte pudesse decidir, a ausência de decisão da parte que o mesmo representava.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, relativamente à questão da Fundação Robinson, esclareceu que a Fundação não tinha nada a ver com a insolvência. A insolvência era da Corticeira Bros, S.A., que estava insolvente há dez anos. A fundação Robinson não devia nada a ninguém, por ora. Devia eletricidade e coisas do género mas naquela questão não. Aquelas duas entidades eram completamente diferentes.

Disse ser verdade que o administrador de insolvência deveria ter nomeado pessoas, quer para o Conselho de Curadores, quer para o Conselho de Administração. Contudo, não o fez e apenas mandou um mail, dizendo que não o faria. Portanto, no momento em que deixou de nomear, deixava de ter autoridade. Atualmente o Conselho Diretivo era constituído por cinco elementos e estavam lá três. Com três houve quórum e decidiram. Tinham de respeitar a decisão. -----

Miguel Monteiro disse que o PS teria sido a única força política que, em sede de reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, sempre referiu que não seria possível a viabilização de uma Fundação com a índole que a Fundação Robinson tinha, sem o envolvimento de fundos ou de meios privados. Tendo em conta os casos de fundações existentes por todo o país, podiam ver as que funcionavam ou as que apenas funcionaram para servir de barriga de aluguer das Câmaras Municipais onde as mesmas existiram, ou existiam ainda.

Portanto, se queriam persistia no erro de continuar uma filosofia de gestão estratégica para a Fundação Robinson, em que a única coisa que fez pela cidade foi que a Câmara Municipal a usasse como barriga de aluguer, fazendo obra que a própria não conseguia fazer e criando os problemas que todos sabiam existir no concelho, então o que estava subjacente à revisão orçamental, efetivamente, não cabia naquela estratégia.

Perguntou se uma fundação sem qualquer possibilidade de captar recursos financeiros, sem capacidade de pagar as contas mais básicas, tinha futuro?

Por último, referiu que a questão era se não havia qualquer incompatibilidade entre o envolvimento de privados e a viabilização do projeto para aquele espaço. A única possibilidade que via para ali seria o investimento privado, para viabilizar aquele projeto. Ao contrário de alguns “fantasmas” que se agitavam, disse não ser uma questão de opção entre Hotel, ou Museu, ou chaminé, era sim a questão de um investimento privado, que se podia consubstanciar num Hotel e para que pudesse haver um Museu aberto e para que as chaminés fossem preservadas eternamente, como a imagem de marca que eram do local. -----

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **- Moção relativa à deslocalização da farmácia Portalegrense para a zona adjacente aos hipermercados (PCP/PEV):**

Conceição Miranda pediu escusa à votação do ponto e saiu da sala. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CDU, a abstenção do PS e os votos contra das restantes bancadas, rejeitar a moção.-----

### **- Moção relativa à redução dos preços da água e outras questões relativas aos SMAT (PCP/PEV);**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CLIP e PS e com os votos favoráveis das restantes bancadas, rejeitar a moção. -----

### **- Moção relativa à Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano (PCP/PEV);**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP, do PS e PSD e com a abstenção da CLIP, aprovar a moção. -----

### **- Proposta relativa à transmissão via streaming das reuniões da Assembleia Municipal de Portalegre e da Câmara Municipal de Portalegre (CLIP) e consequente constituição da Comissão, presidida pela CLIP (Presidente da mesa);**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

### **2 – Atas n.ºs. 19 e 20 relativas à reunião ordinária realizada em 20 de setembro de 2019 e reunião extraordinária realizada em 28 de outubro de 2019, respetivamente;**

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções, devido à ausência dos membros, aprovar a ata número 19.-----

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro abstenções, devido à ausência dos membros, aprovar a ata número 20.-----

### **3 – Requerimento da CDU para audição do 1.º comandante distrital de operações de socorro;**

- Deliberação da AMP de 28.10.2019 -

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **4 – Orçamento e plano plurianual de investimento dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes, para 2020;**

- Deliberação da CMP de 20.11.2019 -

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com o voto contra do PCP/PEV e do PSD e os votos favoráveis da CLIP e do PS, aprovar o ponto. -----

#### **Declaração de voto – PS (João Meira)**

“O grupo municipal do Partido Socialista identifica-se com este orçamento e estas grandes opções do plano, na medida em que é feita uma afetação de despesas de capital de um milhão, trinta mil, cento e sessenta e cinco euros, que cumpre aquilo que são investimentos, que este grupo municipal tem vindo a pugnar e a defender, ao longo destes dois anos, desde logo a destacar as obras de remodelação das condutas de água no Bairro dos Apóstolos na Urra e da Rua da fontinha na Alagoa, bem como também a necessária conclusão da obra de instalação da conduta da distribuição de água, na zona industrial, por forma a assegurar as necessidade à unidade fabril do grupo Jerónimo Martins.

Para além disso, são também aqui contemplados um conjunto de processos essenciais, como as estações elevatórias do Benzilhão e do Monte dos Apóstolos, na freguesia da Urra, são criados cinco postos de trabalho, para responder às necessidades técnicas dos SMAT, para servir Portalegre e os portalegrenses.

Nesse sentido, o nosso voto é favorável, dado que cumpre aquilo que são os desígnios que o grupo municipal do PS tem vindo a defender.”

#### **Declaração de voto – PCP/PEV (a mesma do vereador Luís Pargana na reunião do executivo)**

“A proposta de orçamento apresentada contempla uma receita total de 5 milhões e 822 mil euros, dos quais só 1 milhão e 30 mil euros se preveem aplicar em despesas de investimento. Fica por explicar a relação entre a Câmara e os SMAT, com transferências financeiras dos SMAT para a CMP em valores superiores aos que são cobrados aos munícipes (no saneamento, por exemplo, são cobrados 639 mil euros e transferidos 718 mil, sem justificação) e, sobretudo, fica por esclarecer a aplicação do lucro desta empresa municipalizada que em junho apresentava um saldo de gerência de 1 milhão e 151 mil euros e apresenta agora uma liquidez de 1 milhão e 437 mil euros. Pode concluir-se que os portalegrenses estão a pagar demais pela água e pelo saneamento, sem o devido retorno na qualidade dos serviços prestados e na infraestruturação que é preciso fazer no que diz respeito ao saneamento, ao abastecimento de água e ao transporte público de passageiros. Não falando já do estacionamento subterrâneo e de superfície que é encarado apenas como fonte de receita fixa, pela concessão ad eternum do estacionamento de superfície que está feita à “RESOPARK”, com os constrangimentos que provoca aos portalegrenses que têm alienada parte significativa do estacionamento de superfície da cidade e sem melhorias no funcionamento dos dois parques subterrâneos existentes (Corredoura e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

S. Francisco). Também falta investimento na melhoria da frota de autocarros de transporte de passageiros, no transporte escolar e no serviço geral de transporte municipalizado, na ligação ao Campus do Politécnico, à Escola Secundária de S. Lourenço, à Central de Camionagem, ou à estação da CP. Assim como dar início à sustentabilidade ambiental deste transporte urbano de passageiros, com a opção por alternativas elétricas amigas do ambiente. A utilização dos SMAT por parte da Câmara, onde pontifica nomeadamente o seu contributo orçamental para aumentar a capacidade de endividamento da Câmara, em vez de servir para cumprir os objetivos e missão de serviço público dos SMAT, no abastecimento de água, saneamento, transporte de passageiros e oferta de estacionamento com qualidade e critério, que necessitam de investimento que não é feito. Os SMAT parecem começar a assumir igual papel que antes foi assumido pela Fundação Robinson que serviu como “barriga de aluguer” para financiar a Câmara, em vez de servir para o seu objeto único que era a preservação e dinamização do património industrial da antiga “Fábrica da Rolha”. Agora, com o beneplácito de um Conselho de Administração que a Presidente da Câmara manteve incompleto durante 4 meses assegurando a sua subordinação aos interesses da CLIP, parecem ser os SMAT a servir de “barriga de aluguer” para o financiamento da Câmara, incluindo para o endividamento municipal com objetos alheios aos próprios SMAT. Tal é, obviamente, inaceitável.”-----

### **5 – Mapa de pessoal para 2020 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes para 2020;**

- Deliberação da CMP de 20.11.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

### **6 – Proposta para fixação do IMI para 2020;**

- Deliberações da CMP de 20.11.2019 e 27.11.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e do PSD e os votos favoráveis do PS e da CLIP, aprovar o ponto. -----

### **7 – Proposta de manutenção, no âmbito de intervenção do Município, das competências referidas nas alíneas do n.º 1 do art.º 2º do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, exceto aquelas que foram transferidas através de acordo de execução para 2019.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **8 – Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alagoa.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **9 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Alegrete.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **10 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Fortios.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **11 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Reguengo e São Julião.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **12 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

**13 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a União de Freguesias de Sé e São Lourenço.**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

**14 - Proposta para aprovação da transferência de recursos financeiros, no âmbito do DL. n.º 57/2019, de 30 de abril, do Município de Portalegre para a Junta de Freguesia de Urra**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

**15 – Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alagoa;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

**16 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Alegrete;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

**17 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia de Fortios;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **18 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Reguengo e S. Julião;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **19 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **20 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a União de Freguesias da Sé e S. Lourenço;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **21 - Contrato interadministrativo para 2020/2021 entre o Município de Portalegre e a Junta de Freguesia da Urra;**

- Deliberação da CMP de 4.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra da CDU e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar o ponto.-----

### **Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)**

“A CDU vota contra estes contratos interadministrativos, não por estar contra as transferências de competências para as juntas de freguesia, mas por estas estarem baseadas numa cláusula em contratos que criam iniquidades e que não transferem fundos adaptados às reais necessidades das juntas de freguesia.”





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **22 – Isenção de taxas Nerpor – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre;**

- Deliberação da CMP de 11.12.2019 –

**Deliberação:** a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

### **23 – 2.ª Revisão às grandes opções do plano de 2019 da Câmara Municipal de Portalegre;**

O presidente da mesa lembrou que, para aquele ponto, tinha sido requerida a votação uninominal. Procedeu-se à chamada, começando pelos primeiros membros, excetuando os da mesa:

- Ricardo Romão (CLIP) votou a favor;
- Hugo Capote (PCP/PEV) votou contra;
- Joaquim Barbas (PSD) votou contra;
- Miguel Monteiro (PS) votou a favor;
- Maria da Conceição Miranda votou a favor;
- Adriano Pedro votou a favor;
- Amândio Valente votou contra;
- Marco Antunes votou contra;
- Luís Carvalho votou a favor;
- Maria do Rosário Narciso votou contra;
- Anabela Milhinhos votou a favor;
- Pedro Ranheta votou a favor;
- Cristiana Camejo votou contra;
- Carla Mocito votou a favor;
- José Barradas votou a favor;
- Ana Lopes votou contra;
- João Meira votou a favor;
- Manuela Pedroso votou a favor;
- João Vivas votou a favor;
- Henrique Santinho votou contra;
- Jaime Fitas votou a favor;
- Bruno Calha votou a favor;
- Francisco Carriço votou a favor;
- Francisco Silva votou a favor;
- Pinto Leite votou a favor;
- Sílvia Relvas votou a favor;
- Luís Testa votou a favor

### **Aprovação em minuta:**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**FALTAS:** Faltou o membro Luís Miguel Ricardo.-----

### **ENCERRAMENTO:**

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 11.<sup>a</sup> sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 00H25, do dia vinte e quatro de dezembro do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei.-----

*(escrita conforme o novo acordo ortográfico)*